

Ao Município de Monte Carmelo/MG

Exmo. Sr. Prefeito Municipal Saulo Faleiros Cardoso

Por Intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda

Sr. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal

Setor de Licitação

Sr. Pregoeiro Iscleris Wagner Gonçalves Machado

Av. Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar

Centro – Monte Carmelo/MG

Monte Carmelo/MG

CEP: 38.500-000

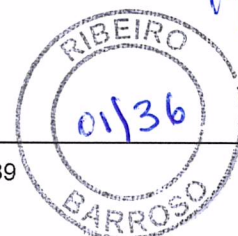
## IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.799.599/0001-82, com sede na Avenida José Andraus Gassani nº 8.001, Distrito Industrial Uberlândia/MG, vem, com o devido acatamento e respeito, apresentar

### IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA

Aos termos do **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020**, **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2020**, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada para Modificação e Extensão de Rede Elétrica, para atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo-MG, nos termos do artigo 12, do Decreto 3.555/2000 e suas posteriores alterações, subsidiadas na Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como faculdade prevista no item 6.6, página 05 do edital em epígrafe, conforme os fatos e fundamentos a seguir expostos:

A Recorrente pede *venia* para reafirmar o respeito que dedica à digna Comissão Permanente de Licitação e aos doutos profissionais que a integram.



Destaca que a presente manifestação tem estrita vinculação à interpretação objetiva dos fatos do procedimento licitatório e se destina apenas à preservação do direito da Impugnante e da legalidade do presente certame. As eventuais discordâncias deduzidas na presente Impugnação fundamentam-se no entendimento que se pretende para o texto da Constituição e da Lei, eventualmente diverso daquele adotado quando da disponibilização do Edital e seus anexos pela Administração.

## 1. - DA TEMPESTIVIDADE

Própria e tempestiva é a presente IMPUGNAÇÃO, haja vista o disposto no artigo 12 do Decreto 3.555/2000 e suas posteriores alterações, a saber:

Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Considerando que a data prevista para sessão de entrega e abertura dos Envelopes de Habilitação e Proposta do edital aqui impugnado está previsto para ocorrer no dia 21 de fevereiro de 2.020, às 09:00h, própria e tempestiva é a presente IMPUGNAÇÃO.

## 2. – DO FLAGRANTE ERRO NA COMPOSIÇÃO DO EDITAL

### 2.1 – Da composição do projeto básico e anexos obrigatórios do edital.

#### 2.1.1 – Da ausência de planilha de custos expressando todos os custos unitário.

O Edital traz em seu anexo I, TERMO DE REFERÊNCIA, planilha com valores estimados **totais** para cada um dos 11 (onze) itens integrantes do objeto da licitação, sem contudo apresentar a planilha de custos detalhada, com seus preços unitários conforme previsão legal.

2.1.2 – Da ausência do Projeto Básico que deu a origem à descrição e levantamento dos custos totais indicados no ANEXO I.

O Edital não traz em seu corpo, como anexo obrigatório, o projeto básico, especificamente no caso do objeto em tela, o anteprojeto, desenho técnico ou croqui dos serviços a serem executados, **de onde se extraiu obrigatoriamente a descrição dos 11 itens do objeto.**

Ressalta-se que indicar as normas da CEMIG Distribuição S/A no corpo do edital, mais especificamente no que a Administração trata como Memorial Descritivo, não é suficiente para estabelecer isonomia entre os licitantes, mesmo sendo considerado parte do objeto, a elaboração do projeto executivo. Este projeto básico existe sim e deve fazer parte integrante do Edital.

Fato interessante é o de em diversos momentos o edital cobra fidelidade ao projeto básico e planilhas orçamentárias, sem contudo disponibilizá-las como ANEXO obrigatório. Observem os termos do item 4.1, da página 03, 6.3.4 da página 5, 13.1, páginas 09/10, Anexo I, etc.

2.1.3 – Da indicação do responsável Técnico que elaborou o Memorial Descritivo e Planilha de Orçamento.

Mesmo o projeto básico não estando de acordo com o que dispõe o texto da Lei de Licitações, a Administração não indicou o Engenheiro Eletricista Responsável Técnico pela elaboração do Memorial Descritivo do Edital, que no caso, está sendo considerado como Projeto Básico da licitação, nos termos da lei Federal 5.194/66 e suas posteriores alterações, esta que regulamenta o exercício dos profissionais integrantes do Sistema CONFEA/CREA.

#### **4. – DO DIREITO E DA JURISPRUDÊNCIA**

**Relembremos de recente orientação emitida ao CIDES – Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, pelo MPC – Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e, licitação com escopo de mesma natureza,**



CUJO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO É INTEGRANTE, porém não indicou sua demanda para a referida licitação. “O Teor da orientação encontra-se anexa ao final desta peça ou através do link

<https://cides.com.br/wp-content/uploads/2020/01/37.3-Cancelamento-Assinado-publ.-Proc.-n%C2%B0-04.2019-06.01.20.pdf>

Vejamos o que dispõe a Lei de Licitações em relação aos seus conceitos e composição de um edital de licitação:

Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações:

*“Seção II*

*Das Definições*

*Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:.....*

*IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:*

*a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;*

*b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;*



*c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;*

*d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;*

*e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;*

**f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;.....**

*X - Projeto Executivo - o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;”*

### *“Seção III*

#### *Das Obras e Serviços*

*Art. 7º - As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:*

**I - projeto básico;**

*II - projeto executivo;*

*III - execução das obras e serviços.*

*§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.*

**§ 2º - As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:**

**I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;**

**II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários; .....**

**§ 6º - A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa. ....”**

“Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:.....

**§ 2º - Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:**

**I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;**

II - demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).....”

*“Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).....”*

**§ 4º - Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.” .....**

Lei Federal 5.194/66 e suas posteriores alterações:

**“Art. 13. Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta lei.....”**



Diante da legislação acima citada há de se observar também, o princípio da isonomia entre os licitantes. Sabe-se que a Constituição da República de 1.988 além de determinar a publicidade dos atos da Administração, apenas permite que os editais façam exigências necessárias ao cumprimento das obrigações, in verbis:

*“Art. 37. A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também, ao seguinte:*

*(...)*

*XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alterações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

O artigo acima transcrito foi disciplinado infraconstitucionalmente pela Lei Federal nº 8.666/93 da seguinte maneira:

*Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da*



*publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2.010)”*

A nossa Carta Magna/88, após sua promulgação, alterou grandes dispositivos do Direito Administrativo, incorporando conceitos e princípios desenvolvidos com o objetivo de assegurar a observância da legalidade da moralidade administrativa e, principalmente o respeito aos direitos individuais e coletivos, conferindo ao cidadão instrumentos de controle sobre a atividade administrativa, delimitando o conteúdo da função social.

O princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, presente no momento da elaboração da lei e no da sua execução em concreto pela Administração Pública, inspira o legislador e, principalmente VINCULA a autoridade administrativa, em toda a sua atuação. **Ou seja, a Administração tem que estar na estrita conformidade do que dispuser a “intentio legis”.**

Há vasta matéria sobre os temas impugnados e já pacificados pela doutrina e jurisprudência pátria. Desse modo, perceptível que os licitantes engajados no procedimento devem ter um tratamento adequado, onde não haja imprevisões de qualquer espécie.

É evidente que, em situações atípicas e em se tratando de cláusulas que não afetem o seu objeto, o edital pode ser modificado depois de publicado, observados certos procedimentos adequados para tanto, permitida a hipótese de retificação do edital. Percebido que há um vício “ex-officio”, um defeito ou irregularidade que possa prejudicar o resultado da licitação, há que se proceder ao seu cancelamento, com início de novo processo licitatório.

No caso de se constatar falhas ou inadequações do Edital que permitam processar correções previamente à data de abertura das propostas, far-se-á alterações com conseqüentes comunicações a todas as licitantes.



A impugnação do edital pode ser provocada pelos interessados, e deve acontecer antes da abertura dos envelopes de documentação (Art. 41, § 2º Lei 8.666/93 e Art. 12 Decreto 3.555/2000). Sempre que as correções afetarem a elaboração das propostas, deverá haver novamente a divulgação do edital pela mesma forma adotada da primeira vez, e a reabertura do prazo de publicidade (Art. 21, § 4º), ressalvados os casos de urgência, quando se poderá admitir prazos inferiores aos do primeiro processo.

Apesar da Administração estar estritamente vinculada ao instrumento convocatório, pode a mesma alterar o seu teor quando existir motivo superveniente, de interesse público. Nesse sentido, ao trabalhar a relativização deste princípio, elucida Diógenes Gasparini:

*“(...) estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis durante todo o seu procedimento. Nada justifica qualquer alteração de momento ou pontual para atender esta ou aquela situação. Se, em razão do interesse público, alguma alteração for necessária, essa poderá ser promovida através de rerratificação do ato convocatório, reabrindo-se, por inteiro, o prazo de entrega dos envelopes 1 e 2 contendo, respectivamente, os documentos de habilitação e proposta. Assim retifica-se o que se quer corrigir e ratifica-se o que se quer manter. Se apenas essa modificação for insuficiente para corrigir os vícios de legalidade, mérito ou mesmo de redação, deve-se invalidá-lo e abrir novo procedimento.”*

*“Acórdão - 792/2008 – Plenário - Data da sessão - 30/04/2008 -*

*Relator*

*BENJAMIN ZYMLER*

*Área – Licitação – Tema - Orçamento estimativo – Subtema -  
Preço*

*Outros indexadores*



*Princípio da seleção da proposta mais vantajosa, Orçamento detalhado, Preço unitário*

*Tipo do processo*

*RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO*

*Enunciado*

*A exigência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição dos custos unitários possui importância capital para a escolha da proposta mais vantajosa, pois permite verificar a adequação do preço estimado àquele que é praticado no mercado, assim como o volume de recursos orçamentários que serão necessários.*

*Excerto*

*Voto:*

*6. A mencionada ausência de planilhas orçamentárias detalhadas, a par de violar disposições legais, impede a formação de juízo crítico sobre a adequação do preço estimado pela Manaus Energia àquele que é praticado no mercado. Ademais, essa ausência impossibilita prever com acuidade o volume de recursos orçamentários que serão necessários. Finalmente, cabe ressaltar que a ausência dessas planilhas tem sido reiteradamente considerada por esta Corte de Contas como uma irregularidade grave, uma vez que a exigência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição dos custos unitários possui importância capital para a escolha da proposta mais vantajosa. Essa exigência é complementada pelo disposto no inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/1993, o qual dispõe que o edital conterá critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedada a fixação de preços mínimos, de critérios*



*estatísticos ou de faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48 dessa Lei - os quais se referem às propostas inexequíveis. Com fulcro nessas considerações, concordo com o entendimento esposado pela unidade técnica no sentido de que restou configurada uma irregularidade apta a ensejar a paralisação da liberação de recursos para esse Programa de Trabalho.*

*[...]*

*9. [...] os diretores da Manaus Energia apresentaram razões de justificativa e informaram que, em decorrência da atuação do TCU, foi contratada a realização de estudos por fundações ligadas à Universidade de São Paulo e à Universidade Federal do Rio de Janeiro e por uma empresa privada especializada. Nesses estudos, foram analisados os preços unitários dos bens e serviços constantes do projeto básico e, ao final, foi proposta a revisão do valor dos contratos a serem firmados.*

*10. Com fulcro nesses estudos, a Manaus Energia reduziu o valor total previsto para a conversão para gás natural [...].*

*11. Tendo em vista que, além dessa redução significativa, a elaboração desses estudos forneceu os subsídios necessários para fixar os quantitativos e os preços unitários previstos nos projetos básicos, entendo ter sido afastada a primeira irregularidade sob comento.*

*Acórdão:*



9.1. considerar saneadas as irregularidades graves que ensejaram a paralisação do Programa de Trabalho [...], o qual passa a ser considerado apto para continuidade;

*Referência legal*

*Lei Ordinária 8.666/1993 Art. 7 Par. 2 Inc. II Congresso Nacional*

*Lei Ordinária 8.666/1993 Art. 40 Par. 2 Inc. II Congresso Nacional”*

*“ACÓRDÃO Nº 1750/2014 – TCU – Plenário*

- 1. Processo TC-034.059/2013-0 (Sigiloso).*
- 2. Grupo II – Classe de assunto: VII – Denúncia.*
- 3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)*
- 4. Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de Rondônia – Sesi/RO*
- 5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.*
- 6. Representante do Ministério Público: não atuou.*
- 7. unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex/RO).*
- 8. Advogado constituído nos autos: não há.*

*9. Acórdão:*

*VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Departamento Regional do Sesi no Estado de Rondônia, relacionadas ao Pregão Eletrônico 16/2013, cujo objeto consistiu na contratação de pessoa jurídica para a realização de pesquisa de satisfação e pesquisa de concorrência para a unidade,*



*ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:*

*9.1. conhecer da denúncia, com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;*

*9.2. indeferir o pedido de medida cautelar formulado nos autos;*

*9.3. recomendar ao Sesi/RO que:*

*9.3.1. solicite, por ocasião da celebração de contrato a ser entabulado junto à licitante vencedora do Pregão Eletrônico 16/2013, o fornecimento de planilha contendo o detalhamento dos custos e preços unitários que compõem a sua proposta, para conhecimento e análise da entidade contratante e para que fique à disposição dos órgãos de controle, devendo a mesma ser inserida no processo licitatório, para subsidiar futuras contratações semelhantes;*

*9.3.2. previamente à celebração do contrato a ser porventura celebrado em decorrência do Pregão Eletrônico 16/2013, bem assim, quando do lançamento de seus editais de licitação, preveja cláusulas relacionadas aos critérios de reajustamento dos preços, de forma a explicitar as condições, índices ou formas de cálculo, especialmente nos casos em que realizar contratações com previsão de duração continuada;*

*9.3.3. no caso de eventuais repactuações dos contratos de duração continuada, observe, à falta de norma regulamentadora, e por analogia, o disposto na IN/SLTI 2/2008;*

*9.3.4. informe a este Tribunal, no prazo de sessenta dias contados da ciência desta deliberação, as medidas adotadas em cumprimento às recomendações indicadas nos subitens 9.3.1 e 9.3.2 retro, remetendo a este Tribunal cópia dos elementos pertinentes;*

9.4. dar ciência ao Sesi/RO acerca da necessidade de, doravante, adotar as seguintes medidas em licitações que realizar, conforme orientações constantes de precedentes julgados deste Tribunal (Acórdão 2.912/2010 – 2ªC, e Acórdãos 356/2011, 1.544/2008, 1.948/2011, e 2.965/2011, todos do Plenário):

9.4.1. elaborar orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e de preços unitários quando do lançamento das licitações, a fim de balizar o julgamento das propostas com os preços vigentes no mercado e de possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa, de acordo com o art. 2º do Regulamento de Licitações da entidade, somente dispensando-a, motivadamente, naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário tal detalhamento;

9.4.2. fazer constar, em anexo aos instrumentos convocatórios de licitações para contratação de serviços, demonstrativo contendo orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, ou informação, no edital, acerca da disponibilidade do orçamento estimado aos interessados e dos meios para sua obtenção;

9.4.3. estabelecer expressamente no ato convocatório critério de aceitabilidade de preços unitários e global;

9.5. determinar à Secex/RO que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens 9.3.1 e 9.3.2 retro;

9.6. retirar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada neste processo;

9.7. arquivar os autos após ciência ao Sesi/RO e ao denunciante.

10. Ata nº 22/2014 – Plenário.

11. Data da Sessão: 2/7/2014 – Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1750-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.”

“Acórdão - 915/2015 – Plenário - Data da sessão - 22/04/2015

Relator AUGUSTO SHERMAN

Área - Responsabilidade

Tema

Licitação

Subtema

Projeto básico

Outros indexadores - Multa, Inadequação, Inabilitação de responsável

Tipo do processo

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Enunciado

A aprovação de projeto básico inadequado, com grandes implicações nos custos e prazos de execução do empreendimento, reveste-se de gravidade suficiente para justificar a apenação pecuniária do gestor responsável e a sua inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal.

Resumo





*Em Auditoria realizada nas obras da Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul, contratadas pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., foram realizadas audiências do diretor de engenharia e do superintendente de projetos em razão, dentre outros achados, do atesto e aprovação de termo de referência contendo projeto básico deficiente, o que resultou na realização da licitação sem contemplar os requisitos mínimos exigidos pelos arts. 6º e 7º da Lei 8.666/93, e na consequente contratação de execução da obra baseada em projeto básico deficiente. Ao analisar a questão, o relator anotou que “a precariedade do projeto básico resultou em uma alta demanda de termos aditivos nos lotes da Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul, visando corrigir falhas, além da demanda de novos estudos para solucionar interrupções de traçado que não estavam previstas, o que culminou no aumento do valor do contrato e no comprometimento do adequado andamento da obra, ocasionando prejuízo ao erário e ao interesse público”. Registrou ainda o relator que, em auditoria anterior realizada nessas obras, fora apontada a inexistência de dados de sondagens geotécnicas no projeto básico utilizado na contratação, bem como a ausência de classificação de solos, que resultaram na adoção de soluções antieconômicas na execução dos serviços de terraplenagem da obra. Ressaltou, contudo, que o dano resultante dessa deficiência não pôde ser calculado tendo em vista o estágio avançado em que se encontrava a execução do empreendimento. Além da ausência das sondagens necessárias à caracterização do solo no leito da ferrovia, o relator destacou que “o projeto básico também não previu as soluções de traçado para o cruzamento com as linhas de alta tensão” e que, “embora eventualmente tenham sido adotadas soluções em campo para*

contornar os problemas de cruzamento”, ocorreram interrupções na execução da obra nesses pontos. “Essas interrupções nas frentes de obras resultam em impactos negativos não apenas nos prazos de execução, mas também nos próprios custos dos serviços de terraplenagem”. Por fim, concluiu que “a conduta dos responsáveis, que resultou na aprovação de projeto básico inadequado, com grandes implicações nos custos e prazos de execução do empreendimento, é de gravidade suficiente não apenas para justificar a apenação pecuniária, como também a sua inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública”. O Tribunal, pelos motivos expostos pelo relator, rejeitou as justificativas apresentadas pelos responsáveis e aplicou-lhes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, inabilitando os gestores para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo período de cinco anos (art. 60 da mesma Lei).

*Excerto*

*Voto:3. Foi determinada naquela decisão a realização de audiência dos Srs. [...] Diretor de engenharia e Superintendente de Projetos à época dos fatos. O primeiro foi chamado a apresentar razões de justificativa em razão da aprovação do termo de referência do Edital da Concorrência Pública 4/2010 contendo projeto básico deficiente. O segundo, por ter assinado o memorando [...] encaminhando para aprovação o referido projeto básico deficiente, no qual atestou a conformidade daquele projeto básico. Esses atos resultaram na realização da licitação das obras dos lotes 1S a 4S da Extensão Sul da Ferrovia*

*Norte-Sul, contendo termo de referência em desacordo com os requisitos mínimos exigidos pela Lei 8.666/1993, em seus artigos 6º e 7º, e a consequente contratação de execução dessas obras, tendo como base um projeto básico deficiente.*

*[...]*

*6. As deficiências do projeto básico utilizado na licitação das obras da Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul tem sido o foco principal das auditorias que vêm sendo realizadas por este Tribunal naquele empreendimento. A dimensão dessas deficiências já era visível nesta auditoria realizada em 2012, conforme consignado no seguinte trecho do Voto condutor do Acórdão 2467/2012-TCU-Plenário, proferido inicialmente nestes autos:*

*"17. Verifico, portanto, que quanto mais se aprofunda na investigação dos problemas relacionados às obras da Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul, mais notória se torna a gravidade da situação provocada pelas deficiências do projeto básico utilizado para a contratação dessas obras. Não é demais repetir que a situação encontrada é de uma ferrovia cujo traçado definitivo não é conhecido em sua totalidade, seu custo final e sua data de conclusão são também incertos. [...].*

*7. Essa situação ficou ainda mais evidente nas fiscalizações posteriores, realizadas no âmbito dos Fiscobras de 2013 e 2014. Conforme apontado pela unidade técnica nas análises das razões de justificativa ora em comento, a precariedade do projeto básico resultou em uma alta demanda de termos aditivos nos*



*lotes da Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul, visando corrigir falhas, além da demanda de novos estudos para solucionar interrupções de traçado que não estavam previstas, o que culminou no aumento do valor do contrato e no comprometimento do adequado andamento da obra, ocasionando prejuízo ao erário e ao interesse público.*

*[...]*

*10. Além da questão da ausência das sondagens necessárias à caracterização do solo no leito da ferrovia, o projeto básico também não previu as soluções de traçado para o cruzamento com as linhas de alta tensão. Embora eventualmente tenham sido adotadas soluções em campo para contornar os problemas de cruzamento, ficou evidenciado nas auditorias realizadas por este Tribunal que ocorreram interrupções na execução da obra nesses pontos. Essas interrupções nas frentes de obras resultam em impactos negativos não apenas nos prazos de execução, mas também nos próprios custos dos serviços de terraplenagem.*

*11. Feitas essas considerações, entendo que a conduta dos responsáveis, que resultou na aprovação de projeto básico inadequado, com grandes implicações nos custos e prazos de execução do empreendimento, é de gravidade suficiente não apenas para justificar a apenação pecuniária, como também a sua inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, conforme proposto pela SecobHidroferrovia.*

*Acórdão:*

*9.4. considerar graves as infrações cometidas pelos Srs. [responsáveis] para fins de inabilitá-los para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, com base no art. 60 da Lei 8.443/1992 pelo período de cinco anos, ...”*

## 5 – REQUERIMENTOS

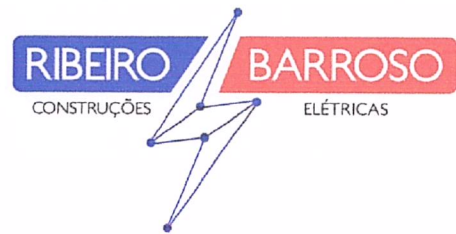
Por todo o exposto e com supedâneo nos princípios constitucionais e dispositivos legais acima erigidos, a Impugnante requer:

I – Seja admitida e processada a presente IMPUGNAÇÃO;

II – Seja dado integral provimento à IMPUGNAÇÃO, atendendo aos pleitos de adequação do Edital;

III – Seja inserida no edital a PLANILHA DE ORÇAMENTO DETALHADA COM OS CUSTOS UNITÁRIOS DA LICITAÇÃO;

IV – Seja inserido no edital o projeto básico adequado, com os desenhos técnicos e plantas que deram origem à descrição do objeto da licitação;



V – Seja apresentado o Responsável Técnico Engenheiro Eletricista que elaborou o Memorial Descritivo da licitação e que deverá elaborar a Planilha de Custos Unitários detalhada e ser o autor do projeto básico (Plantas, desenhos técnicos);

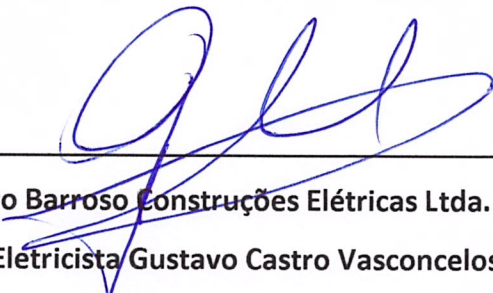
VII – Seja a licitação remarcada, a contar da data de disponibilização correta de todos os anexos obrigatórios do Edital, nos termos da Lei.

Confia a IMPUGNANTE que as Autoridades competentes de Monte Carmelo/MG, por certo, saberão acolher as matérias acima erigidas.

Assim pelo acima demonstrado, RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, vem pleitear o conhecimento desta IMPUGNAÇÃO e o seu total provimento, como medida de justiça!

Nestes termos, pede e espera deferimento.

De Uberlândia/MG, para Monte Carmelo/MG em 18 de fevereiro de 2.020



---

Ribeiro Barroso Construções Elétricas Ltda.  
Eng.º Eletricista Gustavo Castro Vasconcelos  
CREA/MG 62.140/D  
Sócio-Diretor e Responsável Técnico





CIDES - Termo de cancelamento de licitação concorrência pública nº 01/2019 - processo nº 004/2019. OBJETO: Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba Licitação compartilhada visa à escolha da proposta mais vantajosa com vistas ao registro de preços para a contratação de empresa especializada em redes de distribuição de energia para execução da modificação da rede, substituição e ampliação do parque de iluminação pública dos seguintes municípios: Cachoeira Dourada, Campina Verde, Cascalho Rico, Douradoquara, Estrela do Sul, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Santa Vitória e Tupaciguara; incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramental necessários à plena execução dos serviços, conforme Projeto Básico e demais planilhas e quadros técnicos que constam dos Anexos I e X que são parte integrante do Edital.

A realização do Processo n. 04/2019 – CIDES, referente à Concorrência – Sistema de Registro de Preço n. 01/2019, o qual foi suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG através dos Autos n. 1.072.520 e com base no Parecer n. 1.562/2019 – Manifestação Preliminar, do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - MPC, referente aos Autos, gostaríamos de nos pronunciar sobre as questões abordadas pelos órgãos citados.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais – MPC, destacou em seu documento as seguintes questões, relacionadas abaixo:

A – Irregularidade da Adoção do sistema de registro de preços, uma vez que obras de substituição e ampliação do Parque de Iluminação Pública dos municípios integrantes do referido consórcio demandam planejamento, programação e dimensionamento conforme necessidade de cada município, configurando demanda certa e previsível;

B – Ausência de Projeto Básico e atribuição de sua elaboração à empresa contratada;

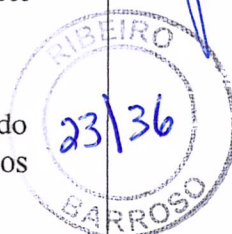
C – Possibilidade de superestimativa de quantitativos licitados;

D – Não foram identificados de forma fundamentada os itens de maior relevância e valor significativo para exigência de qualificação técnica;

E – No item 8.1.2.b.1, capacitação técnica profissional, houve exigência de quantitativos, contrariando o que dispõe o inciso do parágrafo 1o. do art. 30 da Lei Federal 8.666/93.

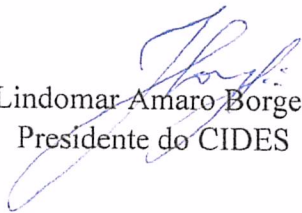
Sobre cada uma das questões apresentadas pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais – MPC, ratifico a necessidade de corrigir e detalharmos melhor os pontos sugeridos.

Dessa forma, com o intuito de atender aos interesses públicos, o CIDES CANCELA o



Processo n. 04/2019 – CIDES, referente à Concorrência – Sistema de Registro de Preço  
n. 01/2019.

Diante da necessidade da correção desses e de demais pontos, haverá elaboração de um  
novo processo para a contratação dos serviços e obras de iluminação pública para os  
municípios, entes consorciados ao CIDES.

  
Lindomar Amaro Borges  
Presidente do CIDES





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>20.799.599/0001-82</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>30/10/1985</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇOES ELETRICAS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RIBEIRO BARROSO</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica</b> <b>42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações</b> <b>42.21-9-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações</b> <b>77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor</b> <b>77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes</b> <b>82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>AV JOSE ANDRAUS GASSANI</b>	NÚMERO <b>8001</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>38.402-324</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>DISTRITO INDUSTRIAL</b>	MUNICÍPIO <b>UBERLANDIA</b>
UF <b>MG</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(0034) 0212-1523</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

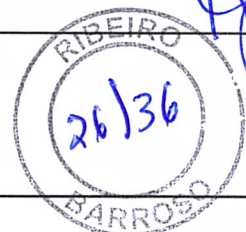
Emitido no dia 30/01/2020 às 17:02:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			
31202228555	2062				
<b>1 - REQUERIMENTO</b>					
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais					
Nome: <u>RIBEIRO BARROSO CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA</u> (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:			Nº FCN/REMP  J183659737134		
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	002			ALTERACAO	
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL	
<u>UBERLANDIA</u> Local  <u>8 Agosto 2018</u> Data			Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio: Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____		
<b>2 - USO DA JUNTA COMERCIAL</b>					
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR			<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA		
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO    ____/____/____ Data                                  Responsável			<input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO    ____/____/____ Data                                  Responsável		
			Processo em Ordem À decisão  ____/____/____ Data  _____ Responsável		
<b>DECISÃO SINGULAR</b>					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.		2ª Exigência <input type="checkbox"/>	3ª Exigência <input type="checkbox"/>	4ª Exigência <input type="checkbox"/>	5ª Exigência <input type="checkbox"/>
		____/____/____ Data                                  Responsável			
<b>DECISÃO COLEGIADA</b>					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.		2ª Exigência <input type="checkbox"/>	3ª Exigência <input type="checkbox"/>	4ª Exigência <input type="checkbox"/>	5ª Exigência <input type="checkbox"/>
____/____/____ Data		Vogal Presidente da _____ Turma	Vogal	Vogal	
OBSERVAÇÕES					





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/430.236-6	J183659737134	03/08/2018

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
769.917.256-68	GUSTAVO CASTRO VASCONCELOS



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6956667 em 09/08/2018 da Empresa RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA, Nire 31202228555 e protocolo 184302366 - 07/08/2018. Autenticação: D085119D9EDD134E9D8E7332DCBF464226CFA9B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/430.236-6 e o código de segurança PuKV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/10



**RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.**

**Av. José Andraus Gassani, nº 8001**

**Distrito Industrial**

**Uberlândia – MG – CEP 38402-324**

**CNPJ nº 20.799.599/0001-82**

**VIGÉSIMA SÉTIMA (27ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**Síntese:**

- a) – Alteração do capital social;
- b) – Consolidação das cláusulas contratuais.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, os a seguir nomeados e qualificados:

**1 – GUSTAVO CASTRO VASCONCELOS**, brasileiro, casado, em comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, residente e domiciliado em Uberlândia-MG, na Rua João Severiano Rodrigues da Cunha, nº. 879, CASA 80 Condomínio Vila do Sol, Bairro Indaiá, CEP 38411-178, portador da cédula de identidade M-4.769.893, expedida pela S.S.P.M.G, inscrito no CPF(MF) nº 769.917.256-68, natural de Uberlândia – MG, nascido em 18/03/1971, filho de Alaor Alves Vasconcelos e Cilene de Castro Vasconcelos e

**2 – SEBASTIÃO BARROSO**, brasileiro, casado, com comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado em Uberlândia – MG, na Rua João Severiano Rodrigues da Cunha, nº. 860, Bairro Jardim Indaiá, CEP 38411-178, portador da Carteira de Identidade nº M-821.224, expedida pela S.S.P.M.G, inscrito no CPF(MF) nº 251.763.906-04, natural de Itanhomi – MG, nascido em 13/02/1953, filho de Bernardino Vieira Barroso e Natalina Henriques Vieira;

Únicos sócios e componentes da empresa **RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA**, estabelecida à Rua José Andraus Gassani nº 8001, Distrito Industrial em Uberlândia (MG), CEP 38.402-324, inscrita no **CNPJ – sob nº 20.799.599/0001-82**, registrada na JUCEMG com NIRE nº 31202228555 em 30/10/1985, e suas alterações registradas sob os nº 737.526 de 29/04/1986; 789.265 de 21/05/1987; 823.996 de 19/01/1988; 852.204 de 10/08/1988; 889.821 de 23/05/1989; 993.868 de 19/09/1990; 1.040.783 de 21/05/1991; 1.072.099 de 27/09/1991; 1.122.520 de 04/06/1992; 1.146.810 de 02/09/1992; 1.161.998 de 06/11/1992; 1.204.184 de 26/05/1993; 1.238.446 de 20/10/1993; 1.265.994 de 09/03/1994; 1.368.824 de 09/05/1995; 1.368.558 de 09/05/1995; 1.497.851 de 13/11/1996; 1.561.985 de 01/08/1997; 1.586.533 de 05/11/1997; 1.644.394 de 06/07/1998; 1.884.318 de 21/02/2000; 2.546.350 de 23/11/2000; 2.678.505 de 03/12/0001; 2.763.550 de 15/04/2002; 2.933.424 de 24/04/2003; e 4.168.278 de 30/07/2009, vem por intermédio da presente apresentar sua Vigésima Sétima (27ª) Alteração contratual e a sua consolidação com o fim específico de: a) alteração do capital social e b) consolidação das cláusulas contratuais, e o fazem mediante as seguintes cláusulas:

**A – DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:**

O capital social da empresa é de R\$ 1.705.000,00 (um milhão setecentos e cinco mil reais), **passa doravante** para R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) de quotas de capital no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), sendo que o aumento de R\$ 3.295.000,00 (três milhões duzentos e noventa e cinco mil reais) será integralizado pela conta de Lucros Acumulados e dividido entre os sócios na razão de 50% (cinquenta por cento) para cada um deles.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6956667 em 09/08/2018 da Empresa RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, Nire 31202228555 e protocolo 184302366 - 07/08/2018. Autenticação: D085119D9EDD134E9D8E7332DCBF464226CFA9B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/430.236-6 e o código de segurança PuKV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



## **B – DA CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS:**

Dessa forma o contrato social passa a reger-se pela nova redação das cláusulas contratuais e condições a seguir, consolidando e revogando as disposições anteriores, conforme transcrição de inteiro teor já com suas novas modificações, para que produza os efeitos de lei um só documento, como segue:

### **CONSOLIDADAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

#### **1. DENOMINAÇÃO SOCIAL SEDE FORO**

**1.1** – A sociedade gira sob a denominação social de **RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA**, com sede e foro na cidade de Uberlândia-MG, estabelecida à Av. José Andraus Gassani, n. 8001, Bairro Industrial – Uberlândia/MG - CEP: 38402-324;

**1.2** – Mediante deliberação de que se lavrará a competente alteração contratual, as componentes da sociedade poderão criar ou suprimir filiais, depósitos, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital, designando administradores e demais providências cabíveis em tais atos.

#### **2. OBJETIVO SOCIAL**

**2.1** – O objetivo social é a prestação de serviços de planejamento, gerenciamento, construção, manutenção e ampliação aérea e subterrânea nos sistemas elétricos de alta e baixa tensão em linhas energizadas ou não, cabines primárias, subestações, telecomunicações, TV a cabo, iluminação pública, fibras ópticas, gasodutos, semáforos inteligentes, relógios termômetros, torres de transmissão, torres repetidoras de telefonia celular, instalação de placas identificadoras, leitura e entrega de contas de consumo de energia elétrica, gás, água e esgoto, com ou sem fornecimento de materiais para a execução dos serviços a serem prestados, podendo ainda participar de outras empresas de objetivos análogos ou não, como quotista ou acionista.

#### **3. USO E IMPEDIMENTO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

**3.1** – O uso da denominação social será feito individualmente pelos representantes nomeados pelas quotistas que são os Srs. **Sebastião Barroso**, e **Gustavo Castro Vasconcelos**, não podendo ser usada em negócios estranhos aos interesses da sociedade especialmente em avais, fianças, endossos e outros atos assemelhados ainda que em benefício dos quotistas.

**3.2** – O uso da denominação social caberá aos seus administradores, que a usarão da seguinte forma:

**RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.**

---

**Sebastião Barroso**  
**Sócio – Administrador**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6956667 em 09/08/2018 da Empresa RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, Nire 31202228555 e protocolo 184302366 - 07/08/2018. Autenticação: D085119D9EDD134E9D8E7332DCBF464226CFA9B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/430.236-6 e o código de segurança PuKV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/10

## RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

**Gustavo Castro Vasconcelos**  
**Sócio – Administrador**

### 4. CAPITAL SOCIAL

**4.1** – O capital social é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) quotas de valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país. O capital social acha-se assim distribuído entre os quotistas da sociedade:

Nome dos Quotistas	Qde. de Quotas	Capital Total R\$	Partic. (%)
Sebastião Barroso	2.500.000	2.500.000,00	50,00
Gustavo Castro Vasconcelos	2.500.000	2.500.000,00	50,00
Totais	5.000.000	5.000.000,00	100,00

**4.2** – As quotas de capital são indivisíveis perante a sociedade, e não poderão ser transferidas sem o expresse consentimento do outro sócio quotista, que terá preferência para aquisição das mesmas.

**4.3** – Fica assegurado o direito de igualdade, em quantidade de quotas de capital, para todos os sócios.

### 5. PRAZO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

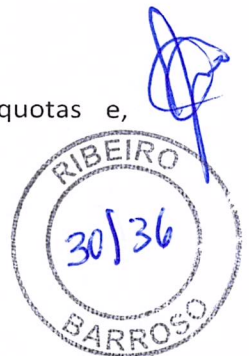
**5.1** – O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, sendo certo que seu início se deu em de 30 de outubro de 1.985.

**5.2** – O falecimento, a interdição, a falência ou processo de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer dos integrantes da Sociedade (assim também considerado o estado de notória insolvência) de qualquer das sócias ou de seus representantes não dissolverá a sociedade, ficando, porém, estabelecido que a falência ou o falecimento das pessoas físicas, que na assinatura deste instrumento compunham o quadro social de uma das empresas sócias, serão motivos de exclusão deste sócio (pessoa física), permanecendo os remanescentes da sociedade, sendo que seus haveres serão pagos de conformidade com um balanço especialmente levantado para este fim.

**5.3** – No caso de saída de um dos sócios, seja por incapacidade, desinteresse, os seus haveres serão apurados e pagos de conformidade também com o último balanço levantado.

### 6. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

**6.1** – A responsabilidade dos sócios fica restrita ao valor de suas quotas e, solidariamente, pela integralização do capital social.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6956667 em 09/08/2018 da Empresa RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, Nire 31202228555 e protocolo 184302366 - 07/08/2018. Autenticação: D085119D9EDD134E9D8E7332DCBF464226CFA9B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/430.236-6 e o código de segurança PuKV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/10



## 7. DA ADMINISTRAÇÃO E USO DO NOME COMERCIAL

A administração geral da sociedade será exercida individualmente pelos representantes nomeados pelas quotistas que são os Srs. **Sebastião Barroso** e **Gustavo Castro Vasconcelos**, já qualificados no preâmbulo deste instrumento, todos com o título de Administrador, que representará a sociedade ativa e passiva, a qual no interesse da sociedade poderá firmar documentos, para todas e quaisquer finalidades, sejam elas perante clientes, fornecedores, repartições públicas, estabelecimento de crédito, entidade de economia mista e quaisquer outros, exceto para venda de bens patrimoniais que deverá conter a assinatura de todos os sócios, vedado o uso de nome comercial em assuntos alheios aos interesses da sociedade, seja em benefício de terceiros ou dos próprios sócios. A sociedade poderá ser administrada por não sócio que deverá ser nomeado pelas quotistas e o fará mediante instrumento próprio para este fim.

## 8. RETIRADA PRÓ-LABORE

**8.1** – Os sócios poderão de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal pelo exercício da administração a favor de seus representantes nomeados, a título de “Pró-Labore”, respeitadas as limitações legais vigentes e com concordância de todos os sócios.

## 9. RETIRADA DE SÓCIOS

**9.1** – No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito com antecedência de 60 (sessenta) dias, para admissão de novos sócios, ficando desde já ressalvado o direito de preferência em igualdade de condições aos primitivos sócios componentes da sociedade.

## 10. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

**10.1** – A interdição, a falência ou processo de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer dos integrantes da sociedade (assim também considerado o estado de notória insolvência), a inabilitação e qualquer outra situação que implique em dissolução da sociedade obrigatoriamente acarretará a transferência das quotas desta para as sócias remanescentes.

**10.2** – Será facultado aos remanescentes admitir(em) novo(s) sócio(s) para continuidade da empresa, sendo que para a saída de sócios será levantado um balanço nesta data e todos os haveres lucros ou prejuízos apurados serão pagos ou absorvidos proporcionalmente as quotas de capital de cada um, na sociedade, e será pago respectivamente em 12 (doze) parcelas iguais consecutivas, sendo a primeira a vencer (30) dias após a data do balanço levantado.

## 11. EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO

**11.1** – O exercício social coincidirá com o ano civil, e a cada dia 31 de dezembro será levantada a demonstração financeira do período, podendo a administração, optar quanto à forma de tributação, obedecendo aos princípios legais que regulam a matéria, “REGULAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA”.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6956667 em 09/08/2018 da Empresa RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA, Nire 31202228555 e protocolo 184302366 - 07/08/2018. Autenticação: D085119D9EDD134E9D8E7332DCBF464226CFA9B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/430.236-6 e o código de segurança PuKV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



## 12. DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

12.1 – Os lucros e ou prejuízos apurados em BALANÇO GERAL em 31 de dezembro de cada ano, serão suportados ou divididos entre os sócios quotistas em partes iguais a participação societária de cada um.

## 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – Os representantes nomeados pelas quotistas que são os Srs. **Sebastião Barroso** e **Gustavo Castro Vasconcelos**, declaram, sob suas responsabilidades e sob as penas da Lei, que não estão enquadrados em quaisquer penalidades ou vedação legal que os impeçam de exercer a atividade mercantil, inclusive as proibições do Parágrafo 1º. Artigo 1.011 da Lei 10.406/2002, impeditivas do registro legal deste instrumento.

13.2 – Os sócios administradores declaram sob as penas da Lei, que não estão enquadrados em quaisquer penalidades ou vedação legal que os impeçam de exercer a atividade mercantil, inclusive as proibições do Parágrafo 1º. Artigo 1.011 da Lei 10.406/2002, impeditivas do registro legal deste instrumento.

Assim, estando os sócios justos e contratados assinam este instrumento.

Uberlândia (MG), 06 de julho de 2018.

---

SEBASTIÃO BARROSO

---

GUSTAVO CASTRO VASCONCELOS



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6956667 em 09/08/2018 da Empresa RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA, Nire 31202228555 e protocolo 184302366 - 07/08/2018. Autenticação: D085119D9EDD134E9D8E7332DCBF464226CFA9B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/430.236-6 e o código de segurança PuKV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 7/10



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/430.236-6	J183659737134	03/08/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
769.917.256-68	GUSTAVO CASTRO VASCONCELOS
251.763.906-04	SEBASTIAO BARROSO



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6956667 em 09/08/2018 da Empresa RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇOES ELETRICAS LTDA, Nire 31202228555 e protocolo 184302366 - 07/08/2018. Autenticação: D085119D9EDD134E9D8E7332DCBF464226CFA9B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/430.236-6 e o código de segurança PuKV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 8/10





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RIBEIRO BARROSO CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA, de nire 3120222855-5 e protocolado sob o número 18/430.236-6 em 07/08/2018, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6956667, em 09/08/2018. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Roberto Sylvio Nadalin Junior.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
769.917.256-68	GUSTAVO CASTRO VASCONCELOS

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
769.917.256-68	GUSTAVO CASTRO VASCONCELOS
251.763.906-04	SEBASTIAO BARROSO

Belo Horizonte. Quinta-feira, 09 de Agosto de 2018

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6956667 em 09/08/2018 da Empresa RIBEIRO BARROSO CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA, Nire 31202228555 e protocolo 184302366 - 07/08/2018. Autenticação: D085119D9EDD134E9D8E7332DCBF464226CFA9B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/430.236-6 e o código de segurança PuKV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 9/10





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
582.634.706-68	ROBERTO SYLVIO NADALIN JUNIOR
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Quinta-feira, 09 de Agosto de 2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6956667 em 09/08/2018 da Empresa RIBEIRO BARROSO CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA, Nire 31202228555 e protocolo 184302366 - 07/08/2018. Autenticação: D085119D9EDD134E9D8E7332DCBF464226CFA9B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/430.236-6 e o código de segurança PuKV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/10



República Federativa do Brasil  
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia  
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

140288804-0

Nome

GUSTAVO CASTRO VASCONCELOS

Filiação

ALAIR ALVES VASCONCELOS

CILENE DE CASTRO VASCONCELOS

C.P.F.

Documento de Identidade

Tipo Sang.

769.917.256-68

4769893 SSPMG

A+

Nascimento

Naturalidade

UF

Nacionalidade

19/03/1971

UBERLANDIA

MG

BRASILEIRA

Crea de Registro

Emissão

Data de Registro

CREA-MG

20/12/2013

19/10/1995

Ass. Presidente

Registro no Crea

MG0000062140



Título Profissional  
Engenheiro Eletricista

Ass. do Profissional

Valo como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/06 e Lei nº 6206 de 07/05/07)



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREÇÃO GERAL DE JUSTIÇA

3º Serviço Notarial de Uberlândia  
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.  
Uberlândia, 04/02/2020 11:53:59 32438

SELO DE CONSULTA: DLF69614  
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9333.6923.0082.7306  
Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por:  
Bel. Kelen Eduarte Franco - Escrevente Auxiliar  
Emol: R\$5,48 TFI: R\$1,70 Total: R\$7,18 ISS: R\$0,10  
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA  
AAH379866

